

Títulos da dívida externa valorizam

Arquivo

**Aumento de 10%
indica confiança
de credor no país**

Nilton Horita

SÃO PAULO — Os títulos da dívida externa brasileira — papéis que contabilizam os débitos do Brasil com os bancos credores internacionais e são negociados entre bancos e empresas com diferentes interesses no país — alcançaram ontem uma valorização de cerca de 10% em relação ao preço da semana passada. Por cada dólar registrado nestes papéis, os investidores estavam dispostos a pagar US\$ 0,25, contra algo em torno de US\$ 0,20 antes do feriado de 7 de Setembro.

“Esta é a demonstração de que a comunidade financeira internacional está considerando positivo o início das negociações para normalização das relações do Brasil com os credores”, analisou Takanori Suzuki, presidente do Banco de Tokyo. “Depois do acordo com o FMI e o início das conversas com os bancos, o Brasil, inclusive, já pode se candidatar aos recursos do Fundo Nakasone.”

O Fundo Nakasone, composto por US\$ 65 bilhões, é administrado por dois órgãos do governo japonês: o Eximbank (banco de comércio exterior do Japão) e o Overseas Economic Cooperation Fund. Este dinheiro serve para o Japão utilizar parte de sua riqueza em programas de desenvolvimento econômico de países do Terceiro Mundo. O Brasil tem projetos solicitados no valor de US\$ 6 bilhões, mas o acesso ao dinheiro do Fundo Nakasone estava interrompido por causa da moratória brasileira e a falta de um acordo com o Fundo Monetário Internacional.

“O Brasil já pode se candidatar de novo ao dinheiro do Fundo Nakasone”, afirmou Suzuki. Além dos US\$ 2,2 bilhões que virão do FMI conforme previsto pelo acordo do Brasil com o órgão, o país tem portanto a perspectiva de receber mais estes US\$ 6 bilhões até o final do ano, um dinheiro que estava esquecido há algum tempo, mas que existe e está esperando apenas a sua liberação a partir da normalização das relações com a comunidade financeira internacional.

Reflexo — Mas o reflexo mais imediato deste melhor tratamento dos credores com o Brasil pôde ser sentido no mercado de títulos brasileiros da dívida externa. Este título é um papel que serve hoje para sinalizar o que os investidores internacionais pensam sobre o Brasil e suas perspectivas econômicas. Quanto maior o interesse internacional pelo país, mais valorizado fica este título. Tanto assim que, no início do mês passado, quando as negociações do Brasil com o FMI estavam empacadas, o preço do papel brasileiro chegou ao fundo do poço, sendo cotado a cerca de US\$ 0,16 por cada dólar registrado no documento de crédito externo do país. “Os bancos credores estão mais confiantes em ter uma negociação rápida da dívida externa brasileira”, analisa Jorge Jasson, di-



Suzuki: Brasil pode buscar verba do Fundo Nakasone

retor gerente da área de Merchant Bank e Arbitragem Internacional do Chase Manhattan Bank.

O que trouxe mais animação entre os bancos estrangeiros foi a lealdade e seriedade com que os representantes do governo brasileiro vêm iniciando as negociações. Na terça-feira passada, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, rejeitou vigorosamente a tese de confrontação do Brasil com a comunidade financeira internacional pregada pelo economista Jeffrey Sachs, professor da Harvard University. Esta postura de Eris, assumida em debate público, provocou elogios de representantes de bancos credores. “A posição do presidente do Banco Central é muito mais séria, de gente que está pensando no médio e longo prazo”, aplaudiu Jordi Wiegierinck, vice-presidente do Nederlandsche Middelstandsbank (NMB Bank). “Os preços dos títulos da dívida externa devem subir de patamar a partir de agora.” Suzuki, do Tokyo, maior credor japonês, com créditos a receber de US\$ 1,3 bilhão, reforça: “O Brasil mostra lealdade na negociação e isto é algo muito positivo. Traz de volta a credibilidade que estava perdendo no exterior.”

Porposta — Eris viaja para Washington, onde participa da assembléia anual do FMI, no próximo dia 22. Ele espera iniciar as negociações com os bancos privados nas primeiras semanas de outubro. O Brasil, segundo Eris, apresentará uma proposta de acordo flexível com os credores internacionais, vinculando a capacidade de pagamento do que é devido ao crescimento brasileiro. Além disso, o país vai tentar obter uma redução sobre o valor da dívida externa, que vai a mais de US\$ 100 bilhões. Jorge Jasson, do Chase Manhattan, segundo maior credor do Brasil, com empréstimos totais de US\$ 2,3 bilhões, entende que será possível fechar

um acordo nos moldes do México e da Venezuela.

A Venezuela conseguiu fechar acordo sobre US\$ 21 bilhões de uma pendência total de US\$ 26,7 bilhões. Os bancos aceitaram, mediante a utilização de vários mecanismos, reduzir 50% do volume de dívida atrasada e ainda desembolsaram US\$ 1,5 bilhão. Participaram deste acordo 90% dos bancos com empréstimos na Venezuela. Já com o México, o acordo firmado representou um abatimento entre 20% e 30% do total devido. “É importante o Brasil perceber que será razoável negociar nos mesmos termos do México e da Venezuela, respeitando-se as características particulares de cada país”, afirma Jasson. “Será difícil pensar, contudo, em um acordo muito melhor para o Brasil.”

O raciocínio dos credores é muito simples. O importante é negociar objetivamente, apresentando uma proposta, e seguir os passos normais a uma conversação deste nível. E quanto mais rápido houver um acordo, mais rápido será o aumento do fluxo positivo de capitais de investimento no Brasil. “É essa, pelo menos, a expectativa dos bancos que têm negócios no Brasil, estão há muitos anos aqui e pretendem ficar por muitos outros anos”, afirma Jasson. Ou seja, quanto maior o fluxo de capitais estrangeiros no mercado brasileiro, mais volumosos serão os negócios possíveis também para as instituições financeiras privadas ou não. Sem falar no crescimento econômico proveniente destes investimentos. “Estamos vendo que o Brasil está assumindo uma posição de quem vai se comprometer a pagar apenas aquilo que pode”, afirma Wiegierinck, do NMB Bank. “É esta posição realista que vai abrir boas perspectivas para a negociação da dívida.”